

ARTIGO

SOBRE OS SILÊNCIOS QUE NOS PRATICAM

O GOLPE MILITAR, A DITADURA E SEUS IMPACTOS OBSERVADOS
A PARTIR DO ESTADO DE MATO GROSSO

VITALE JOANONI NETO

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Mato Grosso, UFMT.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7607-7117>

RESUMO: O artigo trata do golpe de 1964 com foco particular sobre o estado de Mato Grosso. Por sua localização territorial fronteiriça com o Paraguai e a Bolívia e sua baixa densidade populacional, o estado foi alvo da atenção dos militares antes e durante a ditadura que destinou recursos financeiros e criou uma estrutura administrativa responsável pela implantação de políticas públicas voltadas para a reocupação desse território. Nosso objetivo é demonstrar que as elites locais participaram ativamente das articulações que antecederam ao golpe e da instalação da ditadura e que os principais impactos desse período sobre o estado estão relacionados ao modelo produtivo vigente no início do século XXI.

PALAVRAS-CHAVES: Golpe de 1964; Ditadura Militar; Mato Grosso; Amazônia; Elites Políticas

ABOUT THE SILENCES THAT PRACTICE US

THE MILITARY COUP, THE DICTATORSHIP AND ITS IMPACTS OBSERVED FROM THE STATE OF MATO GROSSO

ABSTRACT: The article deals with the 1964 coup with a particular focus on the state of Mato Grosso. Due to its territorial location on the border with Paraguay and Bolivia and its low population density, the state was the target of military attention before and during the dictatorship, which allocated financial resources and created an administrative structure responsible for implementing public policies aimed at the reoccupation of this territory. Our objective is to demonstrate that local elites actively participated in the articulations that preceded the coup and the installation of the dictatorship and that the main impacts of this period on the state are related to the productive model in force at the beginning of the 21st century.

KEYWORDS: 1964 Coup d'état; Military Dictatorship; Mato Grosso; Amazon; Political Elites.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v82p433-457>

Recebido em: 03/10/24

Aprovado em: 20/11/24



“A maior riqueza do homem é sua incompletude.”.
(Manoel de Barros. Retrato do artista quando coisa, p. 19).

Pesquisas e textos sobre o golpe de 1964 e a ditadura marcam a nossa historiografia nesses sessenta anos. Desde “A revolução brasileira” de Caio Prado Jr. (1966), que norteou muito do que foi escrito ainda durante o Estado de Exceção, passando por Dreiffus (1981), até os estudos mais recentes que discutem mais detalhadamente o funcionamento da máquina de repressão (Godoy, 2014), recuperando o corajoso texto denúncia do projeto Brasil: nunca mais, publicado anonimamente em 1985, ou estudos que se debruçaram sobre casos particulares e que nos levam a ver a ditadura em aspectos menos explorados (Reina, 2019, Monteleone e outros, 2016).

É nesse sentido que pretendemos desenvolver esse texto. Nosso foco está voltado para o Mato Grosso a partir da década de 1960 e para as ações da elite política regional que, antes de 1964 já articulava (ou participava das articulações) contra o Governo Goulart. Os documentos mostram que, com o apoio do Governo do Estado, foram estabelecidos contatos com o escritório da USAID no Brasil, que nesse momento se mostrava muito atuante e alinhado às forças de oposição à presidência da República.

A *United States Agency for International Development* (USAID), segundo seu próprio site, foi criada em 1961 por meio do *Foreign Assistance Act* assinado pelo presidente John F. Kennedy. A intenção era reunir as muitas ações de apoio estrangeiro desenvolvidas pelos Estados Unidos, pelo menos desde 1954. Em suas palavras: “*Não há como escapar de nossas obrigações: nossas obrigações morais como um líder sábio e bom vizinho na comunidade interdependente de nações livres (...) e nossas obrigações políticas como o maior contra-ataque aos adversários da liberdade*” (Kennedy, 2024).

Esta agência foi o principal instrumento do projeto de *nation-building* que, juntamente com o programa da Aliança para o Progresso, via no financiamento da modernização dos países da América Latina, uma forma de esvaziar os argumentos dos grupos de esquerda e dos perigos de revoluções, como a ocorrida em Cuba. Nesse sentido “*com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política, os defensores da revolução perderiam poder de convencimento*” (Sá Motta, 2010, p.239).

A USAID foi apontada como responsável por ações de desestabilização de governos em colaboração com a *Central Intelligence Agency* (CIA) e chamada de “agência humanitária da CIA” por ações controversas ou denunciadas como danosas aos povos ou países alvo de suas ações (Armanian, 2019).

A priorização do desenvolvimento interno pelo Estado militar brasileiro, apoiada por ações da USAID, implicou também em investimentos em segurança nacional (treinamento das forças policiais, formação de oficiais das forças armadas), e levou ao crescente controle dos meios políticos e sociais, como forma de garantir e atrair os investimentos internacionais (Alves, 2005, p.60).

A participação de membros da elite política e de militares lotados em Mato Grosso diretamente nas ações golpistas, marchando sobre Brasília, ficou evidenciada nos documentos analisados. Rádios e jornais foram colocados à disposição dessas forças e as manifestações discordantes, podem ser lidas mais como disputas intra elites do que como anti golpistas.¹

As pesquisas nos mostram que a capilaridade das articulações conspiratórias forjou uma unidade nacional temporária entre grupos distintos. O General golpista Octávio Costa, ao se referir à cisão entre o castelismo e o costismo logo após a tomada do poder, disse “não são mais água da mesma fonte” (D’Araújo, Soares e Castro, 2014, p. 21). No caso de Mato Grosso o apoio dado por essa elite ao golpe, se manteve depois de março de 1964, para o Estado de Exceção materializado na participação de alguns desses personagens diretamente em postos importantes da administração federal, como nos casos do General Meira Mattos, do ex-prefeito da Capital Hélio Palma de Arruda, dos governadores Fernando Corrêa da Costa e José Fragelli, do Ministro da Economia Roberto Campos, entre outros.

Os impactos da ditadura sobre o Mato Grosso passam pelas ações voltadas para a integração nacional, pela implantação de projetos particulares

¹ A historiografia também registra os casos de oposição ao golpe e à ditadura, como o estudo que destacou a corajosa atuação de Jane Vanini, nascida em Cáceres (MT), que saiu do estado e participou ativamente da luta armada como membro da ALN. Jane uma das fundadoras do MOLIPO, foi perseguida pela OBAN, exilou-se no Chile e lutou contra o golpe e a ditadura naquele país, falecendo nessa tarefa em 1975. (Guimarães Neto e Araújo, 2004, p.335). A Igreja Católica em alguns locais do estado de Mato Grosso, como o Araguaia, por exemplo, também precisa ser mencionada. Dadas as especificidades desses casos, eles não serão tratados neste artigo. Sobre o tema em Mato Grosso, cf. Joanoní Neto, 2007; Barrozo, 2016; Castravechi, 2017; Joanoní Neto e Guimarães Neto, 2023.

de colonização. Essas ações estão na base da construção do modelo de reocupação que tomou as terras de dezenas de comunidades indígenas (Delgado; Joaroni Neto; Ioris, 2022), que expulsou posseiros e que construiu um modelo produtivo que hoje é baseado na grande propriedade mecanizada, produtora de *commodities* para a exportação e que tem nos seus proprietários, parte importante da chamada bancada ruralista, da qual faz parte o grupo chamado de BBB, ou “bala, boi e Bíblia” que, por sua vez, compõe um dos esteios do conservadorismo nacional, travestidos de representantes da modernidade do autodenominado setor produtivo (Quadros; Madeira, 2018, p.492).

Em que pese a participação de empresários, religiosos, políticos e outros membros da sociedade civil, conspirando pela queda do Presidente da República, optamos por manter ao longo do texto, os termos “golpe” e “ditadura”, evitando adjetivações. Concordamos com Sá Motta quando afirma que essa prática pode induzir a ideia de que todas as pessoas ligadas a determinado segmento, apoiaram a ditadura (Moura, 2024). Outro problema, a nosso ver, seria dividir ou tirar o peso do protagonismo que os militares de fato exerceram durante esse período. Eles ocuparam os cargos de alto escalão do Estado Brasileiro, ou controlaram com mão de ferro aqueles que concordaram e foram coniventes com suas ações. Considerando que as disputas pela memória se acirraram nesses últimos anos, é importante deixar claro o entendimento das responsabilidades que cabem aos militares quanto ao golpe, à ditadura e aos seus impactos sobre a sociedade brasileira.

Mato Grosso, a presença norte americana e os impactos da ditadura

Em 1963 a Associação Comercial de Cuiabá procurou pelo escritório da *United States Agency for International Development* (USAID) em busca de ajuda para elaborar um plano de desenvolvimento industrial para o Mato Grosso. Um dos membros dessa Associação era o Sr. Hélio Palma de Arruda, de família tradicional da elite Cuiabana.²

² Hélio Palma de Arruda foi prefeito da capital (1959-1963), eleito para a presidência dessa Associação Comercial de Cuiabá em 1967 e assumiu por indicação, a diretoria do INCRA (1970-1978).

Após alguns encontros entre os dois grupos, um acordo foi firmado e a USAID contratou a Companhia Norte Americana de Desenvolvimento Industrial (PANAIID), de San Antonio (Texas), que enviou um especialista no tema para assumir a diretoria do projeto. Os outros membros da equipe pertencentes ao Conselho Estadual de Planejamento de Mato Grosso (PLAMAT): Milton Bacha, Carlos Gentiloumo, Zenith João de Arruda, José Silvério Saint'Yves Baêta, Jecelino Reiners, Geraldo Xavier de Matos e Nilson de Oliveira Reis (Governo do Estado de Mato Grosso, 1965, p.iii).

A ação foi desenvolvida em estreita parceria com a Aliança para o Progresso e com o *Council for International Progress Management* (CIPM), teve início em 1964 e foi concluída em 1965, resultando em um relatório com 147 páginas, prefaciado por Winthrop M. Barnes, consultor da USAID.³

O Relatório está organizado em dez capítulos, foi escrito originalmente em inglês e traduzido pelo escritório da USAID. Durante os encontros de trabalho em Mato Grosso o “jovem Voluntário da Paz” William D. Buss II, trabalhou com a PLAMAT como intérprete e tradutor (Governo do Estado de Mato Grosso, 1965, p.vii).

Nesse ponto do relatório, essa rápida (e única) menção, precisa ser destacada. Ela nos informa a presença em Mato Grosso da agência governamental norte americana dos Corpos da Paz, criada dentro da Aliança para o Progresso. Segundo Azevedo (2007), cerca de seis mil Voluntários da Paz, foram enviados para o Brasil entre 1961 e 1981. Esse programa criado pelo Governo Kennedy pretendia enfrentar a ofensiva comunista sobre os países pobres do mundo, oferecendo ajuda no combate à pobreza, doenças e ignorância, não com investimentos ou assessoria como visto acima na atuação da USAID, mas com a presença de jovens universitários que passaram a conviver no país oferecendo ajuda em temas como saúde e educação. Foram vistos como “*missionários na luta contra a pobreza e a ignorância*” (Azevedo, 2007, p.55-6).

Os objetivos declarados do relatório eram, em síntese, produzir um diagnóstico sobre o desenvolvimento industrial do estado, sobre as potencialidades e carências detectadas e recomendar ações realistas que pudessem acelerar esse desenvolvimento industrial no setor privado. A

³ Em outro registro do Escritório Regional da USAID no Brasil, datado de 1967, o Sr. Barnes aparece como Chief CDID. No Relatório que estamos analisando ele assina “consultor”.

estratégia para que esses objetivos fossem alcançados seria a criação de Comitês de Ação Municipais em todo o estado e o Escritório da USAID prestaria serviços de assessoria por meio de sua equipe regular.

O estado de que trata o documento é o Mato Grosso antes de sua divisão⁴, uma unidade federativa com 1.231.549 Km², medindo 1.241 Km de Leste a Oeste e 1.854Km de Norte a Sul, com fronteiras internacionais de 1.166Km com a Bolívia e 1.131Km com o Paraguai. Seus 910.262 habitantes (1,3% da população nacional), estavam distribuídos em 84 municípios, sendo Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, os maiores.

No relatório, toda a área acima do paralelo 14 (cerca de 40% do total do território estadual), é nomeada “região da bacia Amazônica” e apresentada como vazia. Essa descrição estava incorreta, pois desconsiderava algumas pequenas cidades como Luciara, Aripuanã, Santa Terezinha que abrigavam cerca de 1% da população do estado vivendo de atividades rurais e extrativistas. Em nenhum momento se faz menção aos povos indígenas⁵ que há séculos ocupavam parte substancial desse território, ou às pequenas vilas que eram importantes para a economia do estado, comercializando a poaia e o látex.

O relatório tratou do potencial para a produção de ferro gusa em Corumbá e da necessidade de lenha para a obtenção do carvão vegetal, essencial nessa produção. Também abordou a coleta da erva-mate, no sul do estado e de outros produtos vegetais, mas de modo rápido e sem maiores detalhes como: forma de comercialização, mercado consumidor e principalmente a mão de obra utilizada nessa exploração.

Sobre esse último tema, o relatório descreve em mais de uma dezena de páginas, as leis trabalhistas brasileiras. Esse era um tema sensível naquele momento. Nos grandes centros urbanos o sindicalismo e a crescente participação dos trabalhadores na política, trazia grande preocupação para as elites nacionais que com frequência associava esse grupo ao comunismo (Silva; Negro, 2003, p.47 e ss.). Em algumas áreas do país, a movimentação dos trabalhadores rurais resultou em conquistas importantes, mas ao preço de repercutir no Brasil e no Exterior como o princípio de um foco revolucionário

⁴ Ocorrida em 1977 e que deu origem ao Mato Grosso do Sul.

⁵ Sobre a presença de povos indígenas no território correspondente ao atual Mato Grosso, confira em Lucídio, 2013.

(Montenegro, 2003, p.241 e ss.). No estado de Mato Grosso, os relatos de exploração da mão de obra indígena e da permanência do tratamento de trabalhadores como escravos, eram recorrentes (Aleixo, 1995, p.189).

O relatório não menciona os povos indígenas, muito numerosos no estado e faz uma rara menção à conservação ambiental (Governo do Estado de Mato Grosso, 1965, p.146). É possível analisar na leitura do documento, muitos dados que indicam a distância entre os objetivos pretendidos e a realidade encontrada. Mato Grosso não contava com fornecimento regular de energia elétrica, telefonia e serviços de correio. A educação do básico ao superior incluindo as escolas de perfil técnico, era frágil e insuficiente. A ferrovia cobria apenas a parte sul do estado e as rodovias eram poucas e sem pavimentação. A navegação fluvial também apresentava sérios limites.

Mesmo com todas essas limitações, o escritório regional da USAID no Brasil afirmou estar interessado em apoiar o desenvolvimento industrial do estado, emprestando dinheiro e promovendo a vinda de empresários norte-americanos interessados em investir no país, desde que houvesse um acordo de garantia de investimento entre Brasil e EUA que assegurasse os interesses privados americanos “*contra certos riscos políticos*”, entendidos como “*perda devido a guerra, revolução ou insurreição*” (Governo do Estado de Mato Grosso, 1965, p.121). Há no relatório uma menção rápida a presença de outra equipe da USAID fazendo simultaneamente um trabalho semelhante em Goiás.

Algumas ações propostas no relatório convergem para medidas tomadas pelos governos militares nos anos posteriores. A abertura da BR-163 (Cuiabá-Santarém), teve início em 1968 e foi o principal corredor de penetração para toda a região norte do estado. Obra de interesse logístico, tema caro aos militares, e de interesse das elites nacionais, pois era importante para o escoamento da futura produção e na exploração das possíveis riquezas das áreas abertas ou nas terras disponíveis para a implantação de projetos de colonização e agropecuários que o governo militar oferecia para as grandes empresas privadas. A criação da Universidade Federal de Mato Grosso em Cuiabá ocorreu em 1970. Outra carência apontada pelo relatório e visava suprir a falta de mão de obra qualificada no estado. Dois exemplos de elementos considerados gargalos para o desenvolvimento do estado

Outro ponto importante foi a necessidade apontada no relatório de que se fizesse um mapeamento geológico do estado. De fato, o governo militar, por meio do Ministério das Minas e Energia, com apoio norte-americano iniciou o Projeto RADAM em 1968 com a ida de técnicos brasileiros aos EUA e posteriormente em 1970, através da Portaria nº. 2.048/MME criou a Comissão Executora do Projeto RADAM para a Amazônia, com recursos do PIN⁶ (Borges; Rajão, 2016, p.5). No mesmo ano o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM, ligado ao MME), deu início do Projeto Centro Oeste de Mato Grosso⁷.

Dentre os objetivos de ambos os projetos estavam não apenas o levantamento do potencial em riquezas minerais, mas também características de solo e do potencial agricultável das terras para nortear a reocupação da Amazônia mato-grossense (para nos atermos aos objetivos de nosso texto).

A produção cartográfica que resultou desse levantamento, mostra o norte de Mato Grosso e suas possibilidades de exploração econômica (mineração, agricultura, madeireira). Tais documentos passam a impressão de que o processo de reocupação desses espaços foi planejado, mas as evidências mostram que tais recomendações técnicas não foram seguidas. A orientação de Golbery do Couto e Silva de “*inundar de civilização a Hileia amazônica*” (Couto e Silva, 1981 [1960] 132) e os interesses do capital, prevaleceram sobre os indicadores técnicos resultantes dos estudos acima mencionados.

No documento “Seleção de áreas para colonização” (BRASIL, 1974), apresentado pelo Sr. Hélio Palma de Arruda, diretor do INCRA em um

⁶ O Programa de Integração Nacional (PIN), foi criado pelo governo militar brasileiro através do Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970. O governo militar demandou altos valores do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e da USAID a título de recursos para os investimentos em infraestrutura. Considerado um dos principais programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, esse programa contava com recursos de US\$ 430.000.000 (Quatrocentos e trinta milhões de dólares), a serem constituídos nos exercícios de 1971 a 1974, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura (Joanoni Neto e Guimarães Neto, 2023, p.78).

⁷ O Projeto Radam foi criado a partir de uma iniciativa experimental por uma equipe brasileira que teve acesso à tecnologias inovadoras que estavam sendo lançadas pela NASA (EUA). A ideia, em síntese, consistiu em colocar um radar dentro de um avião, voar sobre uma região a onze quilômetros de altura e fotografá-la. As imagens obtidas eram levadas para Houston, Texas, analisadas e permitiam que se identificassem diferentes potencialidades em termos de vegetação, hidrografia, minérios, solo. Lançado em 1970, o projeto previa esse levantamento sobre a Amazônia. Em 1975, dado o sucesso dos trabalhos, esse levantamento foi estendido para todo o território brasileiro, passando a se chamar Radam Brasil (Wu Tai, 2018, p.24).

encontro internacional sobre o programa de colonização do governo militar, vemos um mapa nas páginas 13 e 14 que mostra a Amazônia Legal cortada por estradas, algumas existentes como as BRs 163, 364, 230 e outras planejadas como a Perimetral Norte e a BR-080. As terras às margens dessas rodovias aparecem marcadas conforme o disposto no decreto-lei 1.164/71 (BRASIL, 1971).⁸ Em síntese, mais do que um conhecimento técnico e científico sobre a Amazônia, que pudesse nortear a sua reocupação, havia uma pressão pela apropriação das terras e pela exploração dos recursos existentes, sempre a pretexto da Segurança Nacional, do desenvolvimento e da integração da Amazônia.

A proximidade de agências norte americanas em Mato Grosso desde pelo menos um ano antes do golpe, junto às agências dos governos do estado e do município de Cuiabá, trabalhando junto à população oferecendo orientação e apoio, indica que a atuação do Governo dos Estados Unidos não se deu apenas na escala diplomática ou na macro política. A capilaridade dessa presença em grupos de trabalho, como o verificado no relatório aqui mencionado, oferecendo formação técnica, como vimos para a equipe do Projeto Radam, firmando convênios com agências estaduais, como as Centrais Elétricas de Mato Grosso, ou financiando ações de grande impacto no estado como o Programa de Integração Nacional; nos permitem perceber mais que o apoio econômico militar ao golpe. Houve um trabalho silencioso de convencimento interno que percebemos mesmo em áreas distantes dos chamados grandes centros nacionais.

Mato Grosso. O golpe sob a ótica da acomodação.

A relação entre as elites políticas cuiabana e mato-grossense com os grupos de oposição ao Governo Goulart e com as forças militares que tomaram o poder em 1964, estão registradas, por exemplo, em jornais de circulação estadual. Algumas das pessoas diretamente envolvidas nas articulações que resultaram no golpe, foram convidadas a ocupar cargos no Estado ditatorial.

⁸ Em síntese alterou o Decreto-Lei 1.106/1970 (ver nota 5), quanto à faixa de terras devolutas às margens das rodovias federais na Amazônia Legal, construídas, em construção ou planejadas; de dez para cem quilômetros de largura em cada lado de seus eixos.

Rubens de Mendonça,⁹ publicou o livro “História das revoluções de Mato Grosso” (Mendonça, 2012 [1970]) e no último capítulo, tratou da participação do estado na “revolução de 31 de março”. Segundo o autor, este capítulo foi redigido pelo General Carlos de Meira Mattos (Mendonça, 2012 [1970], p.12), e nele, os antecedentes do golpe podem ser lidos na versão desse oficial golpista.

Mendonça declarou que sua intenção era tratar do assunto “*sine ira et studio*”, o que ele mesmo traduziu como “sem cólera nem favor”, algo contraditório quando ele pede ao General para escrever sobre o tema. Por outro lado, mesmo para um civil partidário do Estado ditatorial, escrever sobre o tema em 1970 poderia provocar retaliações. Entregar tal tarefa a um oficial das forças armadas, reconhecido por seu envolvimento no golpe e na ditadura, foi uma opção mais segura.

Sobre Carlos de Meira Mattos, chegou ao generalato em 1969 e no momento em que o texto foi escrito (1970) ele ocupava o cargo de Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Também constam de sua biografia a invasão do Congresso Nacional em 1966 liderando uma tropa do exército, e sua atuação contra o Movimento Estudantil em 1967 que resultou no documento “Relatório Meira Mattos” no qual ele apresentou sugestões para a modernização do Ensino Superior no Brasil. Segundo Romanelli (1978, p.197), este relatório nada mais fez que reforçar o disposto nos acordos MEC-USAID.

No capítulo da obra mencionada, Meira Mattos afirma que chegou a Cuiabá em 1963 para comandar o 16º Batalhão de Caçadores (16º BC) e, segundo sua análise o país vivia dias de angústias e incertezas provocadas pela irresponsabilidade do governo Goulart. Ele afirmou que os esquerdistas infiltrados em cargos de responsabilidade no governo, buscavam a conquista do poder para implantar aqui uma república socialista. (Mendonça, 2012 [1970], p.175).

Meira Mattos afirmou ter encontrado desde a sua chaga a Cuiabá, apoio do Governador Fernando Corrêa da Costa e de amigos civis que passaram a se

⁹ 1915-1983. Escritor e poeta cuiabano, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras. Autor de livros de romances, poesias e sobre a História de Mato Grosso. Redator e chefe da 2ª Divisão da SPVEA, Chefe do Escritório Regional da SUDAM, em Mato Grosso.

preparar para apoiar “*um movimento de salvação de nossa democracia e de restauração dos costumes políticos, movimento este em gestação nas principais capitais do país*” (Mendonça, 2012 [1970], p.175).

Encontros frequentes entre os golpistas ocorreram na casa do governador, na fazenda Rio Bonito de Mário Spinelli¹⁰ e na Rádio Cultura dirigida pelo Padre Wanir Delfino César.¹¹ No 16º BC o Coronel Meira Mattos¹² realizava palestras para oficiais e sargentos, exaltando a necessidade da defesa da democracia, ameaçada por subversivos. Segundo ele afirma essas ações foram eficientes pois ao mesmo tempo em que Olympio Mourão Filho partiu de Juiz de Fora para Brasília, uma tropa motorizada do 16º BC saiu de Cuiabá com o mesmo destino comandada pelo Capitão Alírio Cardoso. As tropas de Cáceres (MT) foram deslocadas para Cuiabá e o Coronel decidiu enviar outra unidade para Jataí (GO), mas dessa vez o fez com o apoio de aeronaves civis que haviam passado a noite em Cuiabá. Foram feitos seguidos voos até que outra subunidade do 16º BC estivesse a postos sob o comando do Capitão Myron de Oliveira naquela cidade goiana.

No dia primeiro de abril o próprio Coronel Meira Mattos deslocou-se em uma aeronave de pequeno porte para Rondonópolis (MT), Alto Araguaia (MT) e Jataí (GO). Deixou no comando em Cuiabá o Tenente Coronel Caraciolo Azevedo. O Fazendeiro Mário Spinelli seguiu na mesma aeronave com o Coronel e sua comitiva, passaram por Goiânia e após se certificarem de que o governador de Goiás havia aderido ao Golpe,¹³ receberam o apoio da polícia militar do estado e do 10º BC. Na noite de primeiro de abril, o Coronel Meira Mattos deu ordens para que os Tenentes Daury Carlos de Menezes Filho e

¹⁰ Sobre Mario Spinelli (Bragança Paulista/SP 1903 – Cuiabá/MT 1979). Veio para o Mato Grosso com os irmãos em 1920. Em 1926 juntou-se à Coluna Prestes quando o grupo passou pelo estado. Ganharam dinheiro no garimpo (Poxoréo/MT), investiram em terras e depois na extração do Látex no norte do estado. Mário foi deputado estadual pelo PSP e chegou à presidência da Assembleia Legislativa (1955/56). Em 1964, juntou-se à Meira Mattos articulando junto à elite política e sociedade civil do estado, contra o governo de João Goulart

¹¹ Padre Wanir (1922-1972), foi também professor, poeta, jornalista e radialista. Foi diretor da Rádio Cultura de Cuiabá, presidiu a Associação Mato-grossense de Letras e foi vice-presidente do IHGMT. Em uma cidade tradicionalista e muito católica, atuou como padre junto ao grupo de conspiradores

¹² Sua patente quando chegou a Cuiabá. A promoção a General ocorreu em 1969

¹³ O governador de Goiás nesse momento era o Cel. Mauro Borges que aderiu ao golpe e auxiliou os conspiradores. Em novembro de 1964, por se recusar a demitir três secretários acusados de corrupção, ele passou a ser pressionado e com receio de ser cassado, solicitou ao STF um habeas corpus preventivo. Ao ser informado do fato, Castelo Branco determinou a intervenção no estado por noventa dias. Coube a Meira Mattos afastar Mauro Borges e assumir o governo do estado até janeiro de 1965.

Edson Taques da Silva se deslocassem de avião para Brasília com o objetivo de fechar o aeroporto local, enquanto as tropas seguiam por terra rumo à capital. No fim da tarde de dois de abril, as tropas saídas de Cuiabá chegaram à Brasília e o Coronel Meira Mattos assumiu o seu comando. Consumado o golpe e empossado o General Castelo Branco na presidência, Meira Mattos foi designado para o posto de subchefe do gabinete militar da presidência da república.

A narrativa atribuída a Meira Mattos apresentada no livro de Rubens de Mendonça, nos permite observar que a decisão de derrubar João Goulart já estava tomada desde muito antes, conforme afirmou o próprio autor, um membro da alta oficialidade do Exército Brasileiro, que em tese devia obediência ao Presidente da República. Ele chegou a Cuiabá para assumir o comando de uma unidade do Exército Brasileiro, estabeleceu contatos com membros da elite local (empresários, proprietários rurais, membros da igreja católica), e atuou para fomentar o golpismo, sob o pretexto da salvação nacional. O apoio do governador do estado,¹⁴ participando dos encontros desse grupo, aponta para a convergência dos interesses de civis e militares. Conforme o próprio Meira Mattos reconhece em seu texto, ele manteve contatos com outros membros da oficialidade das Forças Armadas visando organizar uma ação de sublevação armada em todo o país, contra o governo legalmente constituído.

Em outra entrevista (concedida em 1992), publicada por D'Araújo, Soares e Castro (2014, p.93-116), Meira Mattos reiterou as informações dadas em 1970 e analisou os acontecimentos que se seguiram ao golpe. Reafirmou a narrativa sobre as articulações anteriores a março de 1964, a participação de civis e das forças políticas e mencionou de forma elogiosa, Mário Spinelli por sua disposição de acompanhá-lo até Brasília no momento do golpe.

A presença em Mato Grosso em 1963, de agentes do escritório no Brasil da USAID e de membros dos Corpos da Paz, teve como objetivo declarado o estudo das condições para o desenvolvimento industrial do estado e o apoio humanitário. O estado, nesse momento não possuía (segundo seu próprio

¹⁴ Fernando Correa da Costa (Cuiabá, 1903 – Campo Grande, 1987), de família tradicional mato-grossense, médico e político vinculado à UDN e posteriormente à ARENA. Foi prefeito de Campo Grande (1948-51), governador por duas vezes (1951-56 e 1961-66) e senador por duas vezes (1959-61 e 1967-75). Como opositor de João Goulart, deu respaldo político às articulações golpistas.

governo), estradas suficientes, telefonia com boa funcionalidade, energia elétrica suficiente e, por outro lado, se ressentia da falta de mão de obra qualificada e possuía um histórico de casos de uso de trabalho escravo contemporâneo de trabalhadores, muitos pertencentes a grupos indígenas. (Aleixo, 1995, p.189). As promessas explicitadas no relatório mencionando empréstimos ao governo do estado, apoio técnico e a presença desses agentes no estado, estão confirmadas em mensagem do próprio governador datada de 1964. Nela, Fernando Corrêa da Costa elogia o golpe, que segundo ele encerrou um ciclo histórico iniciado em 1922. Os dias que se seguiram ao 31 de março de 1964, foram marcados por “verdadeiro patriotismo”, “ordem e trabalho” que suplantaram as ideologias totalitárias que pretendiam eliminar os valores da civilização cristã. Por fim,

A visita do ilustre embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon e do eminente Ministro do Planejamento Roberto Campos [...] para assistir o convênio entre a Cemat¹⁵ e a Aliança para o Progresso de financiamento à implantação do Programa de Eletrificação do nosso estado, vai marcar o início de uma nova e importante fase da nossa vida administrativa (Lenharo, 1986, p.64).

Outro ponto que deve ser observado foi a participação de vários desses nomes nas ações golpistas e no estado ditatorial que se estabeleceu após isso. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido “do governo”, que se constituiu em Mato Grosso foi incondicionalmente fiel ao governo ditatorial, inclusive com manifestações claras de apoio ao AI-5 e à manutenção da ditadura, conforme declarou o ex-governador José Fragelli em entrevista: *“Foi ótimo! Se voltasse o AI-5 eu queria ser governador outra vez. Muito bom!”* (Araújo, 2023, p.395). Por fim, a Associação Comercial de Cuiabá, responsável pelo contato com a USAID; o militar assumidamente golpista e o escritor que publicou seu relato elogiando o golpe; todos ocuparam cargos nos governos militares, dentre outros como, por exemplo, Roberto Campos, cuiabano que foi indicado para o Ministério do Planejamento de Castello Branco.

Note-se que essa relação entre militares golpistas, políticos civis e religiosos, chama a nossa atenção para o que Sá Motta (2016), apontou como o fenômeno da acomodação, um aspecto da Cultura Política brasileira, que

¹⁵ Centrais Elétricas de Mato Grosso.

segundo o autor é um conjunto de representações, valores e padrões de comportamento político comuns a determinado grupo. As escolhas feitas por esse grupo podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação conhecidos, portanto, mais atraentes em razão de uma narrativa de sucesso no passado. Ela implica em relações sociais, valores culturais e imaginários enraizados na sociedade (Sá Motta, 2016, p.13).

No caso brasileiro, o fenômeno da acomodação implica em considerar que ela integra o repertório da cultura política brasileira, portanto, não é produto de situação autoritária episódica. Por fim, a acomodação não foi somente uma maneira de adaptar-se à ditadura: tratou-se de jogo de mão dupla, que envolvia o Estado e uma parte da sociedade civil (Sá Motta, 2016, p.14), fato que nos permite entender traços históricos da nossa sociedade, mesmo em momentos como o aqui estudado, de supressão do Estado Democrático de Direito.

A integração econômica da Amazônia mato-grossense

A Amazônia ocupou lugar de destaque nos discursos e nas políticas dos governos republicanos. Vargas com a Marcha para o Oeste e a Fundação Brasil Central, poderiam bem sintetizar a preocupação do Estado Nacional com o reconhecimento e a integração dessa porção substancial do território. Por “integração” se entendia a sua exploração econômica.

Cassiano Ricardo publicou “Marcha para Oeste” em 1940, em apoio às políticas varguistas. Em 1970, na reedição da obra, acrescentou um posfácio exaltando as ações dos governos militares para a Amazônia. Falou das ameaças sofridas pelo Brasil em razão de sua grande superfície inexplorada, elogiou o Projeto Rondon e falou sobre as iniciativas meritórias da construção de rodovias federais cortando o sertão que levavam o imigrante para os “cafundós” do país. Esse indivíduo, segundo o autor, seria o parente mais próximo do bandeirante (Ricardo, 1970, p.645).

As ameaças mencionadas por Ricardo estão descritas originalmente nos textos de Golbery do Couto e Silva escritos basicamente na década de 1950 e que foram retomados na segunda metade dos anos 1960 como justificativa para o Programa de Integração Nacional e para a Operação Amazônia.

Com vistas à humanização, integração e valorização do território imenso, ainda em grande parte inaproveitado e deserto, o esquema tripeninsular (...) está, por certo, a indicar-nos (...) três fases sucessivas na ampla manobra geopolítica a realizar (...) 1ª. Fase- articular firmemente a base de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país, ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2ª. Fase- impulsionar o avanço para o Noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro; 3ª. Fase- inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada construída no Centro-Oeste (...) (Couto e Silva, 1981 [1960], 131-2).

Foram essas as orientações que nortearam a criação de um conjunto de leis voltadas para a reocupação da Amazônia. Associada a isso, algumas agências públicas foram reestruturadas e algumas instâncias de governo foram criadas, resultando em um conjunto de ações e investimentos públicos voltados para *“integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro”*, conforme citado acima. Mais de uma dezena de Leis, Decretos-Leis, Leis Complementares foram aprovadas visando criar grupos de trabalho, reformulando órgãos já existentes e daí nasceram a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1970), e essas foram as bases da política de reocupação da floresta.

A Amazônia Legal, redefinida política e territorialmente, passou a ter 59,2% do território nacional com 3,7% da população do país e serviu de justificativa para as políticas públicas formuladas pelos governos militares. O General Presidente Costa e Silva por meio do decreto-lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, criou do Ministério do Interior sob a responsabilidade do General Afonso Augusto de Albuquerque Lima (liderança política da chamada linha dura). Essa pasta tinha competência sobre as Superintendências para o Desenvolvimento: da Amazônia; do Nordeste; do Vale do Paraíba; do Sul; do Centro Oeste; da Zona Franca de Manaus; do Vale do São Francisco, outros órgãos como o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e do Banco Nacional da Habitação. Também eram suas atribuições, além do desenvolvimento regional, radicar a população migrante, a ocupação do território e a gestão das migrações.

Apoiados pela criação destas instâncias governamentais e pelo conjunto de leis e regulamentações, os investimentos no setor primário na Amazônia cresceram rapidamente já a partir de 1966 predominantemente na pecuária. Neste ano foram aprovados cinco projetos. Em 1967, outros 55, majoritariamente para o setor primário, sendo 10% para a agricultura e 90% para a pecuária. A indústria de transformação continuou a receber incentivos, com 31 projetos em 1967 ou 27% dos incentivos totais. As medidas tomadas começavam a formar os contornos daquilo que foi após 1970 uma tendência predominante na Amazônia, ou seja, os investimentos do capital financeiro na pecuária, mais fortemente visíveis nos estados do Pará e Mato Grosso (Cf. Joaroni Neto; Guimarães Neto, 2023).

O Programa de Integração Nacional (PIN), foi criado pelo Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970 e assinado pelo General Presidente Emílio Garrastazu Médici. Um dos seus objetivos era fugir dos riscos das *“veleidades alienígenas de penetração”* na floresta, (Couto e Silva, 1981 [1952], p.43), o governo demandou altos valores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID e da USAID a título de recursos para os investimentos em infraestrutura. Considerado um dos principais programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, segundo o Ministro dos Transportes em 1970, Eliseu Resende, *“contava com recursos de US\$ 430.000.000 (Quatrocentos e trinta milhões de dólares), a serem constituídos nos exercícios de 1971 a 1974, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura”*¹⁶ (Resende, 1971, p.393).

Em razão disso, logo em seu artigo segundo, o Decreto-Lei 1.106/70 afirmava:

Art. 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, 1970, grifo nosso).

¹⁶ O título original deste texto era: Relatório sobre as rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém apresentado no VI Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional em Montreal, Canadá. Outubro de 1970.

No ano de 1971, cerca de dez meses depois, outro Decreto-lei N° 1.164, de 1º de abril, mudava substancialmente a orientação do texto acima citado, e ampliava a faixa de investimentos em terras, na maior parte, sob a responsabilidade do Estado:

Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto ... (BRASIL, 1971, grifo nosso).

Para o governo do estado de Mato Grosso a propriedade da terra era até então uma importante moeda para barganhas junto aos grupos políticos locais, e sua comercialização, ao longo do século XX, ajudou a financiar os governos estaduais (Moreno, 2007, 113). Este Decreto-Lei retirou da competência do estado, parte substancial das terras comercializáveis. Entre as rodovias incluídas no texto, destacamos três: a BR163, em construção em sentido sul/norte, a BR158 no leste do estado em sentido sul/norte e a BR364 (originalmente BR-029, construída por JK, alterada e pavimentada) cortando o estado entre Cuiabá e Porto Velho (sudeste/noroeste). A rodovia Transamazônica (BR-230), conectada às BRs 163 e 158, no Pará, se constituiu em corredor migratório do Nordeste brasileiro para a Amazônia e impactou a ocupação do estado de Mato Grosso.

Nessa breve exposição, procuramos demonstrar que uma melhor compreensão do Golpe de 1964, da ditadura e de seus impactos nacionais, precisa considerar as especificidades regionais. O conjunto de medidas tomadas pelo Estado ditatorial vistos acima, produziram mudanças muito rápidas e expressivas sobre o Mato Grosso. A população do estado quadruplicou entre 1960 e 1980 e o mesmo ocorreu com a capital, Cuiabá. Entre 1970 e 2000, mais de cem novos municípios foram criados, a produção de *commodities* se tornou predominante e é apresentada como modelo de sucesso. *“A renda da elite do agro (0,01%) cresceu nominalmente 96% no período de cinco anos [2017-2022] quase três vezes mais do que a registrada na base da pirâmide social (33%)”* (MT é o terceiro em crescimento de renda do agro, 2024). Os povos indígenas tiveram seus territórios reduzidos, o estado ocupou o topo da lista de exploração de trabalho escravo contemporâneo, os

índices de desmatamento são preocupantes. Para aqueles que sofrem as consequências negativas do desenvolvimento, a pobreza nunca é um fenômeno simples e reflete a corrosão do socioambiental e a manifestação de outra escassez e privação que inclui a falta de democracia verdadeira e oportunidades reais de inclusão (Ioris, 2022, p.454).

O modelo de ocupação da Amazônia mato-grossense, foi baseado no argumento de que se faria uma ampla reforma agrária (Ianni, 1979, p.33-4), e rapidamente se converteu em forte urbanização. A Amazônia passou a ter entre os anos 1970 e 1990 a maior taxa de urbanização do país (Becker, 2005, p.28), e nos anos 1980, essa ocupação ganhou características do tradicionalismo rural, reproduzindo um modelo já conhecido de concentração de terras e de renda, sob a imagem discursiva da modernização, acompanhada por fortes investimentos em tecnologia. Em outras palavras, o agronegócio fortemente representado em Mato Grosso, não é mais que uma nova roupagem (agro é pop!), da modernização conservadora, conceito desenvolvido por Moore (2002), e aplicado para o caso brasileiro entre outros, por Pires e Ramos (2009), ou do que foi chamado por Martins (1994, p.80), de o poder do atraso.

Considerações finais

No estado de Mato Grosso, a elite política civil e a oficialidade do Exército, com destaque para o seu comandante em chefe, participaram ativamente das manifestações contrárias ao governo de João Goulart que, desde 1961 cresceram em todo o país. No espírito da Guerra Fria, a aproximação com agências governamentais norte americanas referendou o discurso do anticomunismo.

Os dias que se seguiram ao golpe de estado foram de apreensão. A imprensa de Cuiabá não noticiou os fatos, possivelmente pela dificuldade em receber informações seguras. No dia 12 de abril de 1964, o jornal O Estado de Mato Grosso, noticiou na primeira página a posse de Castelo Branco e a homenagem recebida pelo governador Corrêa da Costa “*de estudantes de Direito, operários, comerciantes e da população em geral*” por sua participação nos “*acontecimentos políticos*” que culminaram na queda de

João Goulart e na “*espetacular vitória das forças democráticas*” do país¹⁷ (Entidades, 12, abr., 1964, p.1).

A USAID manteve a sua influência nas políticas desenvolvidas no estado de Mato Grosso por anos após o golpe de março de 1964. Os financiamentos ao Governo do Estado e ao Governo Federal em obras de infraestrutura, conforme demonstrado acima, estão registrados, pelo menos, por uma década após o Golpe. Nacionalmente esse apoio veio acompanhado da ingerência na educação, na política externa e na produção de justificativas às ações clandestinas dos aparelhos repressivos.

Um desses impactos em Mato Grosso foi o avanço sobre a Amazônia lastreado por um expressivo conjunto de ações coordenadas pelo Estado ditatorial. Para o Mato Grosso isso implicou na divisão do estado em 1977, criando o Mato Grosso do Sul, no surgimento de cento e seis novos municípios entre 1970 e 2000 (considerando apenas a área do atual estado de Mato Grosso), a capital, Cuiabá, quadruplicou a sua população entre 1970 e 1990 em razão do fluxo migratório incentivado pela propaganda governamental. Os 43 povos indígenas presentes em Mato Grosso tiveram suas terras invadidas, alguns foram deslocados de suas áreas originais, como os Panará e Xavante, outros foram impactados pelo garimpo como os Apiacá e os Cinta-Larga, ou pela extração ilegal de madeira como os Enawenê Naue e os Zoró.

Sem desconsiderar os gravíssimos fatos documentados relacionados ao terrorismo praticado por agentes do estado brasileiro contra seus cidadãos, o controle da máquina de estado por meio de artifícios como os Atos Institucionais, os decretos-leis, o controle da máquina eleitoral e partidária ou a cassação de mandatos; quando analisamos os impactos da vigência do Estado ditatorial para o Mato Grosso, devemos considerar a sua intervenção nesse território, que teve o apoio substancial da elite política local, respondeu aos interesses econômicos de grupos nacionais e internacionais, como por exemplo o Banco de Crédito Nacional, a Volkswagen, o Grupo Tamakavy, Carrefour, para mencionar alguns, que investiram em projetos agropecuários

¹⁷ O jornal O Estado de Mato Grosso, tinha em sua equipe editorial pessoas alinhadas à elite mato-grossense. No dia 31 de março de 1964 o jornal circulou normalmente e depois disso houve um silêncio de sete dias. Apenas no dia 08 de abril foram publicadas notícias relacionadas à derrubada do governo Goulart. Mesmo sendo a equipe do Jornal, alinhada à elite política local que, por sua vez, apoiou o Golpe de Estado, os dias que se seguiram foram de grande prudência na divulgação de informações relacionadas à tais fatos (Meira, 2011, p.105).

em Mato Grosso e na Amazônia e a criação de um modelo de exploração hoje chamado de agronegócio que impactou e continua a impactar a floresta e seus povos.

O saldo da corrida pela modernização do Brasil iniciado no governo militar foi e permanece sendo a desigualdade e a concentração de renda nas mãos de poucos, resultando numa Amazônia dual: rica para quem a explora e pobre colonizada para seu povo. “*A pobreza encontra-se associada com urbanização, acesso restrito a oportunidades culturais, falta de espaços de ação política, e a destruição da floresta e dos ecossistemas*” (Freitas; Freitas, Ioris; Castro Jr., 2017, p. 273). Considerando os impactos desse modelo de integração e desenvolvimento sobre a Amazônia, podemos dizer que ele serviu muito bem aos interesses do projeto político construído com forte participação de organismos como a USAID, ao preço do empobrecimento da população local.

Referências bibliográficas

ALEIXO, L. H. G. **Vozes no silêncio**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil, 1964-1984**. Bauru, EDUSC, 2005.

ARAÚJO, V. de C. **Um guardião do udenismo**: a trajetória política de José Fragelli (1934-1971). 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

ARMANIAN, N. Guerra e reconstrução ou os bombeiros pirómanos. As 10 funções da USAID, a mega agência “humanitária” da CIA. **Esculca**. Disponível em <https://esculca.gal/as-10-funcoes-da-usaid-a-mega-agencia-humanitaria-da-cia/> Acesso em 16 set. 2024.

AZEVEDO, C. **Em nome da América**. Os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

BARROZO, J. C. **Araguaia**: o (des)encontro de diferentes agentes sociais. Cuiabá: EdUFMT, 2016.

BECKER, B. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (Coord). **Amazônia Sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro/Tübingen: Garamond/ Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005.

BORGES, G. F., RAJÃO, R. G. L. **Projeto Radam:** (Re)Descobrimos o Projeto de Sensoriamento Remoto Aplicado ao Mapeamento da Amazônia. Revista FSA, Teresina, v. 13, n. 6, art. 1, p. 03-17, nov./dez. 2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/309568350_Projeto_Radam_ReDescobrimos_o_Projeto_de_Sensoriamento_Remoto_Aplicado_ao_Mapeamento_da_Amazonia Acesso em 13 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 61.330**, de 11 de setembro de 1967. *Institui Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia*. Brasília, DF, Presidência da República, 1967. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61330-11-setembro-1967-402440-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. *Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências*. Brasília, DF, 1970. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.164**, de 1º de abril de 1971. *Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências*. Brasília, DF, 1971. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%201.164,1%C2%BA%20DE%20ABRIL%20DE%201971.&text=Declara%20indispens%C3%A1veis%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20e,Legal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. *Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências*. Brasília, DF, 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 291**, de 28 de fevereiro de 1967. *Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências*. Brasília, DF, 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0291.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%20291%2C%20DE,Amaz%C3%B4nia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966. *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências*. Brasília, DF, Presidência da República, 1966. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm#:~:text=LEI%20N%205.173%2C%20DE%2027%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20Plano%20de,\) %2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm#:~:text=LEI%20N%205.173%2C%20DE%2027%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20Plano%20de,) %2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias) Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.174**, de 27 de outubro de 1966. *Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências*. Brasília, DF, 1966. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15174.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.174%2C%20DE%2027%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20concess%C3%A3o%20de,Amaz%C3%B4nic%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura. INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Seleção de áreas para a colonização**. Brasília: mimeo, 1974.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis, Vozes, 1985.

CASTRAVECHI, Luciene A. **Quem relembra o passado sofre duas vezes**: o histórico da resistência e luta pela terra empreendida pelos posseiros de Porto Alegre do Norte/MT – 1970-1980. 2017. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFMT, Cuiabá, 2017. 354p.

COUTO E SILVA. G. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo & geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Visões do golpe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DELGADO, J. C. R.; JOANONI NETO, V.; IORIS, A. A. R. (org.). **Povos indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios**. Compreendendo as vulnerabilidades e múltiplas interações. Curitiba: Appris, 2022.

DREIFFUS, R. **1964**: a conquista do estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

ENTIDADES de classe e o povo em geral homenagearão amanhã o Governador. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 1964, nº 1.453, 12 de abril de 1964, p.1.

FREITAS, M. de; FREITAS, M. C. S.; IORIS, A. A. R.; CASTRO Jr., Walter Esteves. **Amazônia**. São Paulo: Chiado, 2017.

GODOY, M. **A casa da vovó**. Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO; USAID/BRASIL. **Estudo de desenvolvimento industrial de Mato Grosso e plano de ação**. Um programa da Aliança para o Progresso. Em contrato com CIPM (Council for International Progress Management, USA, Incorporated. Project Nº 512-15-950-227. s/l, mimeo, agosto 1965.

GUIMARÃES NETO, R. B.; ARAÚJO, M. do S. Cartas do Chile. Os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Â. de C. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 335-356.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária**. Petrópolis, Vozes, 1979.

IORIS, R.; IORIS, A. A. R. (Editores). **Amazônia no Século XXI**. Trajetória, Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Alameda, 2022.

JOANONI NETO, V.; GUIMARÃES NETO, R. B. **Amazônia, violência e tecnologias de poder**: textos conjuntos. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, V. **Fronteiras das crenças**: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Cianato, 2007

LENHARO, A. A terra para quem nela não trabalha. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.6, nº12, pp.47-64, mar./ago. 1986.

LUCIDIO, J. A. B. **A Ocidente do imenso Brasil**: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). 338p., 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2013.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MEIRA, L. M. **Um estudo sobre os reflexos das ações da Ditadura Militar através do Jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2011, 167pp.

MENDONÇA, R. de. **História das revoluções de Mato Grosso**. Cuiabá, SEC/MT, 2012.

MONTELEONE, J. et. al. **À espera da verdade**. Empresários, juristas e elite transnacional. Histórias de civis que fizeram a ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2016.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos em tempo de revolução. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Coleção O Brasil Republicano, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOORE Jr, B. **Las Orígenes Sociales de la ditadura y de la democracia**. Barcelona, Ediciones Península, 2002.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**. Política e mecanismos de burla, 1892-1992. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.

MOURA. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 31 de março de 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes> Acesso em 21 ago. 2024.

MT é o terceiro em crescimento na renda da elite do agronegócio do país; média anual é de R\$ 2,7 milhões. **O Documento**. Mato Grosso, 26 de janeiro de 2024. Disponível em <https://odocumento.com.br/mt-e-o-terceiro-em->

[crescimento-na-renda-da-elite-do-agronegocio-do-pais-media-anual-e-de-r-27milhoes/#:~:text=Economia-.MT%20C3%A9%20o%20terceiro%20em%20crescimento%20na%20renda%20da%20elite,de%20R%24%202%20C7%20mi&text=Conte%C3%BAdo%2FODOC%20%E2%80%93%20Mato%20Grosso%20tem,115%25%20entre%2010%20estados%20produtores](#) Acesso em 26 jan. 2024.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Coleção O Brasil Republicano, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 40, nº03, julho-setembro 2009.

QUADROS, M. P. dos R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., 2018, p.492. Disponível em scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/?format=pdf&lang=pt Acesso em 08 nov. 2024.

REINA, E. **Cativeiro sem fim**. História dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

REZENDE, E. Estradas na Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1971. pp. 383-405.

RICARDO, C. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SÁ MOTTA, R. P. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**. Revista digital de la Escuela de Historia. Universidad Nacional de Rosario. Año 8, nº 17, Mayo, Agosto, 2016. Disponível em <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222> Acesso em 16 set. 2024.

SÁ MOTTA, R. P. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 237-266 – 2010.

UNITED STATES government. **USAID History**. Disponível em <https://www.usaid.gov/about-us/usaid-history> Acesso em 16 set. 2024.

WU TAI, D. Apresentação. In: **DESBRAVAR, conhecer, mapear**: memórias do Projeto Radam/RadamBrasil. IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. pp. 07-08. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101614> Acesso em 12 out. 2023.